

Sarney crê em acordo com credores

20 OUT 1986

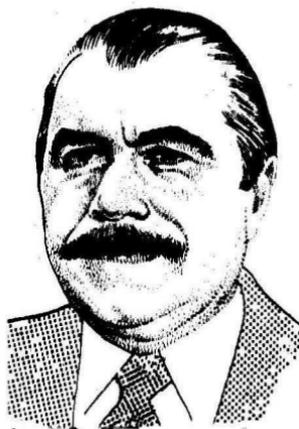
GAZETA MERCANTIL

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo

O Brasil continua convidando seus credores internacionais para conversar. "Eu acredito no sucesso do diálogo sobre a dívida externa", afirmou o presidente José Sarney a este jornal, por telefone, na última sexta-feira. "Estamos persistindo na busca do entendimento", acrescentou.

O presidente descartou a hipótese de fixar um cronograma para as concessões que seu governo espera dos credores. "A negociação da dívida externa não tem prazos", ponderou, "nós estamos sempre preocupados em conseguir melhores condições. Foi assim quando começamos o governo, e será assim até o fim."

Ele observa com satisfação que em 1985, quando assumiu a Presidência da República em condições dramáticas, ninguém acreditava que "chegaríamos até o ponto em que estamos", que é bem melhor que o da época. Por isso, está confiante no caminho



José Sarney

adotado e disposto a se manter nele.

O recente discurso de posse do senador Albano Franco na presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) foi recebido por Sarney como uma manifestação importante, "mas não importante para mim ou para o governo, mas em si mesmo". O presidente esclareceu que não conhecia antecipadamente o texto em que Albano Franco propunha que o País não pague a dívida externa nos termos atuais.

A relevância da manifestação de Franco, a seu ver, está na expressão do ponto de vista de um setor influente na sociedade brasileira, o do setor produtivo. Sarney não disse, mas o discurso de Franco amplia e desdobra as claras declarações presidenciais em sua visita a Washington no fim deste verão americano.

Lá o presidente brasileiro explicou que seu país não poderá continuar a ser um exportador líquido de capital nos níveis atuais, que oscilam entre 4 e 5% do Produto Nacional Bruto. A manutenção desses níveis de pagamento da dívida externa expropria recursos de que seu governo necessita internamente para assegurar um mínimo de justiça social e, com isso, a própria estabilidade do regime democrático.

Os discursos de Sarney na América observaram também que o Brasil precisa pagar menos juros, algo em torno de 2 a 2,5% do Produto Interno Bruto, pa-

ra então importar mais e contribuir para a estabilidade até mesmo da economia lanque. Seu governo deseja que a redução aconteça através de entendimentos, como afirmou na sexta-feira a este jornal.

O presidente mantém, portanto, o mesmo otimismo com que começou a renegociar a dívida externa, negando-se a fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional que pudesse levar o País a uma recessão. Embora ele não faça referência a esse fato, seus principais assessores defendem atitudes unilaterais do governo caso os credores permaneçam intransigentes às propostas brasileiras.

A intenção de Sarney e de sua Nova República é elevar o Brasil, no limiar do século XXI, aos níveis sociais de um país pobre da Europa como a Grécia. Mas ele não tem a menor chance de fazer isso pagando o presente serviço da dívida externa. Acreditava-se que seu governo tinha um prazo interno até o final deste ano para um acordo com os credores; enquanto o presidente continuar otimista, sabe-se que não há prazo. Pode haver o acordo, ou ele pode ficar pessimista.

divid
ext